

O PODER SIMBÓLICO EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

THE SYMBOLIC POWER IN ORGANIZATIONAL STUDIES: AN ANALYSIS OF THE MAIN THEMATICS IN SCIENTIFIC PRODUCTION

EL PODER SIMBÓLICO EN ESTUDIOS ORGANIZACIONALES: UN ANÁLISIS DE LAS PRINCIPALES TEMÁTICAS EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA

Rodrigo Maia Marinello¹
Natalia da Silva Malagutti Santos²
Rafael Borim-de-Souza³

Resumo: Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de analisar as publicações científicas vinculadas à área da administração que abordam o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu em suas discussões à luz do framework teórico de Borim-de-Souza et al. (2015). Foi realizado um levantamento bibliométrico delimitando os periódicos que contribuíram para a coleta de dados. A análise do discurso foi utilizada para classificar a postura ontológica, a perspectiva epistemológica e o posicionamento paradigmático predominante no discurso destes artigos. Conclui-se que há uma escassez nos estudos organizacionais de trabalhos que utilizam o conceito de poder simbólico.

Palavras-chave: Poder Simbólico. Estudos Organizacionais. Estudo Bibliométrico. Administração.

114

Abstract: This article was developed with the purpose of analyzing the scientific publications related to the area of the administration that approach the concept of symbolic power of Pierre Bourdieu in its discussions using the theoretical framework of Borim-de-Souza et al. (2015). Bibliometric survey was conducted. Discourse analysis was used to classify the ontological posture, the epistemological perspective and the paradigmatic positioning present in the predominant discourse of these articles. It is concluded that there is a shortage in organizational studies of works utilizing the concept of symbolic power.

Keywords: Symbolic Power. Organizational Studies. Bibliometric Study. Administration.

Resumen: Este artículo fue desarrollado con el objetivo de analizar las publicaciones científicas vinculadas al área de la administración que abordan el concepto de poder simbólico de Pierre Bourdieu en sus discusiones la luz del marco teórico de Borim-de-Souza et al. (2015). Se realizó un levantamiento bibliométrico delimitando los periódicos que contribuyeron a la recolección de datos. El análisis del discurso fue utilizado para clasificar la postura ontológica, la perspectiva epistemológica y el posicionamiento paradigmático predominante en el discurso de estos artículos. Se concluye que hay una escasez en los estudios organizacionales de trabajos que utilizan el concepto de poder simbólico.

Palabras clave: Poder simbólico. Estudios Organizacionales. Estudio Bibliométrico. Administración.

Envio 21/08/2017

Revisão 22/08/2017

Aceite 16/03/2018

¹ Graduando. Universidade Estadual de Londrina. rodrigomaia_marinello@outlook.com

² Mestranda. Universidade Estadual de Londrina. nataliamalagutti@gmail.com

³ Professor Doutor. Universidade Estadual de Londrina. borim@uel.br

Introdução

Os estudos organizacionais ainda compreendem pesquisas dedicadas a estudar discursos, práticas, símbolos e rotinas do aparente e do oculto das organizações (Gray, 2010; Reed, 2007). Não é novidade que a busca incessante em entender o obscuro, o desconhecido e até mesmo o imperceptível motivou, desde os primeiros registros da história, o homem a desbravar mares tempestuosos e a realizar grandes descobertas. Com os estudos organizacionais não foi diferente, suas origens estão no século XIX à partir de inquietações vinculadas ao capitalismo, mais especificamente nas mudanças tecnológicas que marcavam a ruptura com os moldes de pequena escala de produção característico de períodos anteriores (Reed, 2007). O estudo deste cenário e de seu respectivo impacto para as sociedades se deu inicialmente por uma abordagem importada das ciências naturais, a qual pretendia prever comportamentos e resultados nas ciências sociais.

Engana-se quem adere ao pensamento que visa enaltecer e promover a epistemologia positivista como sendo unânime nos estudos organizacionais. Como explicitado por Reed (2007), a evolução dos estudos organizacionais trouxe consigo uma nova gama de pontos de vistas e formas de se interpretar e explicar os eventos sociais. Um dos debates que este autor traz está entre o positivismo e o construtivismo, sendo que o primeiro tem como característica explicar a organização por meio de leis e fundamentos generalistas e o segundo busca uma postura mais liberal que entende a organização como uma construção social à qual não cabe generalizações.

Dentro dos estudos organizacionais fica evidente que existem autores e escolas com pensamentos diferentes e ramificações das próprias epistemologias, essas “ramificações” podem ser entendidas como paradigmas. Para Borim-de-Souza et al. (2015), paradigmas representam um conjunto de crenças que orientam as ações sociais.

Na pesquisa em proposição considera-se que o campo das relações estabelecidas entre o poder simbólico e os estudos organizacionais são conduzidas por duas grandes diretrizes: o poder e os interesses subjacentes aos tipos de poder. Bourdieu (2012) define o poder em dois tipos principais, sendo eles o poder dominante e o poder simbólico.

O poder dominante é aquele que se “assenta no capital econômico” e que “tem em vista impor a legitimidade de sua dominação [...] ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social” (Bourdieu, 2012, p. 12). O poder simbólico, por sua vez, é um poder invisível, que ganha vida por meio da cumplicidade daqueles que desejam permanecer ignorantes ao

fato da submissão e do exercício deste mesmo poder (Bourdieu, 2012).

O poder simbólico é um poder de construção da realidade, “poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Bourdieu, 2012, p. 15). Já os interesses, são aqueles que representam a origem de alterações na manifestação e na aplicação do poder dominante, ou ainda, de uma nova fonte de poder dominante (Bourdieu, 2012). O presente artigo busca compreender como o conceito de poder simbólico é abordado e discutido em estudos brasileiros vinculados a área da administração. Por isso realizou-se este projeto a fim de analisar as publicações científicas brasileiras vinculadas à área da administração que abordam o poder simbólico em suas discussões.

Adiante será apresentada a fundamentação para este novo campo analítico proposto, na seguinte ordem: ontologia e epistemologia com base em Marsh e Furlong (2002), bem como quais são suas principais vertentes; os paradigmas nos estudos organizacionais e a classificação de Burrell e Morgan (1979); o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu.

Justificativa

A justificativa se dá na possibilidade de identificar as diferentes manifestações discursivas do poder simbólico por meio de discussões extraídas dos estudos organizacionais desenvolvidos. Por meio desta pesquisa será possível explicitar informações importantes sobre estas discussões, tais como: metodologias predominantes e perspectivas epistemológicas mais características. Tais informações contribuirão para futuros estudos organizacionais que se interessem por inserir o poder simbólico em suas respectivas discussões.

116

Objetivos

Objetivo geral

Analisar as publicações científicas brasileiras vinculadas à área da administração que abordam o poder simbólico em suas discussões.

Objetivos específicos

Identificar nos artigos selecionados as obras e as teorias de Pierre Bourdieu utilizadas. Classificar ontologicamente, epistemologicamente e paradigmaticamente os mais discursos presentes nos artigos levantados pelo estudo bibliométrico.

Considerando o interesse de alcançar os objetivos (geral e específico) supramencionados, à

partir dos esclarecimentos apresentados, esclarece-se, em sequência, a classificação metodológica da pesquisa proposta por meio deste projeto de pesquisa.

A pesquisa será aplicada, uma vez que se interessa pela aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos (Gil, 2008). A abordagem do problema acontecerá por uma abordagem qualitativa subjetivista, conduzida por uma perspectiva criteriosa e orientada por um contexto de justificação.

Fundamentação Teórica

É indispensável que seja resgatado aqui a origem de certos constructos e posições de base que fundamentam os estudos organizacionais. Trata-se de características internalizadas pelos indivíduos ao longo de sua jornada e que servem como moldes apriorísticos para ações, pensamentos e, consequentemente, para seu modo de ver e interpretar o mundo social (Borim-de-Souza et al., 2015; Burrell; Morgan, 1979). Tais discussões exigem a classificação ontológica, epistemológica e paradigmática dos estudos organizacionais, o que é apresentado em sequência.

Ontologia e epistemologia

117

Os constructos, que servem de alicerce para a compreensão da origem das ações e pensamentos dos agentes, podem ser conjuntos de conhecimentos e experiências internalizadas pelo indivíduo e que formam uma base sobre a qual suas ações e reações serão influenciadas. Essas questões *a priori* ao conhecimento em si são tratadas como questões ontológicas, uma vez que lidam com a natureza do existir, ou seja, de como se originou determinado objeto de estudo sendo ele tangível ou intangível. A ontologia é a tentativa de se entender e explicar a existência em si (Marsh; Furlong, 2002).

Tentativa esta que pode apresentar-se de duas maneiras principais, uma seguindo o pensamento fundacionalista e outra com uma abordagem anti-fundacionalista. A primeira linha de raciocínio recai sobre uma visão objetiva e acredita que as diferenças existentes entre objetos são visíveis e pré-definidas pelas características distintas que possuem independente da interpretação que recebam. Por outro lado a visão anti-fundacionalista tem forte caráter subjetivo e defende que estas diferenças nada mais são do que interpretações socialmente construídas acerca de características particulares e que o conhecimento construído sobre elas variam de região para região e também de acordo com o tempo (Marsh; Furlong, 2002).

As duas vertentes seriam considerações apriorísticas e exatamente por isso seriam inquietações a serem observadas, pois edificam o modo de ver o mundo e indiretamente influenciam o modo de entendê-lo (Marsh; Furlong, 2002). Ainda segundo os autores deve-se tomar cuidado, pois apesar de influenciarem, essas visões de mundo não definem como a natureza do conhecimento se dá. Ou seja, elas não explicam a visão do indivíduo acerca do que julga poder saber sobre o mundo e como essa forma de saber pode ser construída. Pode-se chamar essa busca pela natureza do conhecimento de epistemologia, tentativa de entender e explicar o que pode ser conhecido e como é possível adquirir conhecimento sobre o que se é conhecido.

Como exposto por Borim-de-Souza et al. (2015), não há consenso sobre qual a melhor forma de categorizar as vertentes epistemológicas existentes, logo será considerada aqui a proposição de Hollis e Smith (1990), que trazem uma diferenciação das epistemologias existentes em três categorias: positivismo, interpretativismo e realismo.

Positivismo é a vertente epistemológica que entende o mundo como tendo relações, significados e até mesmo sua própria existência de formas independentes da interpretação humana. Logo, é uma visão objetiva cujo foco é a busca por explicações e generalizações do fenômeno social. Representa uma ciência de regulação e normativa com forte imposição do rigor do método científico para obtenção e reprodução dos conhecimentos adquiridos. (Hollis; Smith, 1990; Burrell; Morgan, 1979; Reed 2007).

118

Seu oposto é a vertente denominada interpretativismo que defende uma forma subjetiva de se entender a realidade. Adeptsos deste posicionamento são denominados construtivistas e encontram na hermenêutica uma forma de fundamentar seu entendimento acerca da realidade social. Entendem que o mundo é socialmente construído e procuram apenas o entendimento do fenômeno social, mas não sua explicação e generalização (Bryman, 2001).

A última vertente é chamada de realismo, que após críticas sofridas foi refinando seus argumentos e posicionamentos até ser classificado como realismo histórico (Borim-de-Souza et al, 2015). Se as visões objetiva e subjetiva formam os dois pólos do entendimento de como se dá a própria existência das coisas, estaria então o realismo praticamente no meio deste antagonismo ontológico. Acreditando que o fenômeno existe independente das interpretações dos indivíduos mas que este fenômeno é influenciado pelas tentativas subjetivas aplicadas sobre ele (Marsh; Furlong, 2002). Para o realismo a realidade não é admitida como verdade absoluta por ser simultaneamente

extraída via observação do mundo concreto e por conta do movimento de eventos em uma realidade socialmente construída (Hollis; Smith, 1990; Bryman, 2001; Marsh; Furlong, 2002).

Segundo Borim-de-Souza et al. (2015), pode-se dizer que o realismo fundamenta-se num entendimento da realidade que é conduzida dialeticamente por aspectos que percorrem tanto a ontologia objetivista quanto a ontologia subjetivista. A historicidade presente no realismo histórico ajuda a criar espaço para superar a unidimensionalidade da ciência, pois entende que o contexto influencia diretamente no fenômeno pesquisado. Dentro do positivismo a historicidade é praticamente inexistente pois o objeto de análise é considerado ahistórico. O interpretativismo leva em consideração as contribuições históricas mas seu viés construtivista acaba gerando dificuldades na identificação de características contemporâneas diferenciais que dizem respeito ao fenômeno observado.

Paradigmas nas teorias organizacionais

Gareth Morgan (2005) aborda sobre o conceito de paradigma de Thomas Kuhn (1962). Apesar da controvérsia gerada pelas diferentes concepções da palavra que foram utilizadas por Kuhn, deve-se ressaltar a essência de que paradigmas são realidades alternativas e que podem ser entendidos como formas objetivas e subjetivas de se abordar o mundo e seu conteúdo.

119

Estes conjuntos de constructos que direcionam estas questões *a priori* e fundamentam o posicionamento do observador quando respondidas, influenciam fortemente em como o cientista irá agir e qual será seu foco dentro dos estudos organizacionais. A união destes princípios, da abordagem sobre como pode-se obter o conhecimento e quais métodos serão utilizados para se desenvolver a prescrição, a reflexão ou a crítica sobre determinado assunto constituem as ferramentas intangíveis para as ações do agente que podemos entender por paradigmas (Borim-de-Souza et al., 2015).

Utilizou-se a classificação paradigmática organizacional de Burrell e Morgan (1979). Estes autores dividiram os paradigmas presentes nos estudos organizacionais em quatro grandes escolas que compartilham algumas concepções epistemológicas entre si, mas diferem em sua abordagem frente os fenômenos sociais. Para esta classificação, existe um quadro com quatro quadrantes organizados a partir de dois eixos que se cruzam perpendicularmente. No eixo vertical é apresentada sua abordagem ontológica, seja ela objetiva ou subjetiva. No eixo horizontal está presente as duas abordagens sociológicas: regulação e mudança radical. A sociologia de regulação

possui forte caráter Durkheimiano, ou seja, foca no controle das ações dos agentes para que haja consenso e organicidade. A sociologia da mudança radical busca por ruptura com padrões prescritos tanto de atuação humana quanto de estruturas no mundo social.

Estes autores propuseram quatro paradigmas presentes que compartilham entre si algumas concepções ontológicas e epistemológicas. Cada um destes paradigmas representa visões do mundo social que diferem entre si quanto à forma de abordar os temas mas que possuem semelhanças quanto a seus conceitos de realidade. As quatro divisões paradigmáticas são: funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical. As quatro definições de paradigmas expostas à seguir são fruto das contribuições de Burrell e Morgan (1979).

Para o paradigma funcionalista a realidade possui caráter objetivo e sistêmico, seu enfoque é a função dos agentes presentes em determinado sistema. Identifica-se aqui um pressuposto de que a realidade possui uma organicidade que tende a gerar ordem e consenso. Entende-se aqui a sociedade como um sistema orgânico de comunicações com agentes e funções bem definidas. Para os funcionalistas, existe a possibilidade de a ciência ser isenta de particularidades do pesquisador, que é imparcial. Busca descobrir a função dos agentes na sociedade para produção de conhecimento (Burrell; Morgan, 1979).

No paradigma interpretativista a realidade existe como resultado da interpretação dos agentes sociais. A interpretação do agente em ação é a base para poder-se formar um conceito de sociedade. Obedece a uma abordagem científica que é subjetiva e reguladora, ou seja, “a ciência é vista como uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinados, que os praticantes da ciência inventam e seguem” (Morgan, 2005, p.61-62) Seu interesse de análise é compreender como a construção social de interpretações nasce e se reinventa em suas várias dimensões de realidade. Apesar de compartilhar a ideia funcionalista de que a sociedade é sistêmica, não acredita na possibilidade de uma ciência objetiva (Burrell; Morgan, 1979).

O paradigma humanista radical também adere ao pressuposto de que a realidade é socialmente construída e sustentada. Possui forte caráter subjetivo e crítico que é evidente quando se revela seu foco de estudo, algo que pode ser descrito como a patologia da consciência, ou seja, o problema causado pelo exercício da percepção e da criação de estruturas mentais que o próprio agente elabora e alimenta. Exercício este influenciado por vieses sociais e mentais que expropriam a capacidade do indivíduo de se utilizar plenamente de suas faculdades humanas por

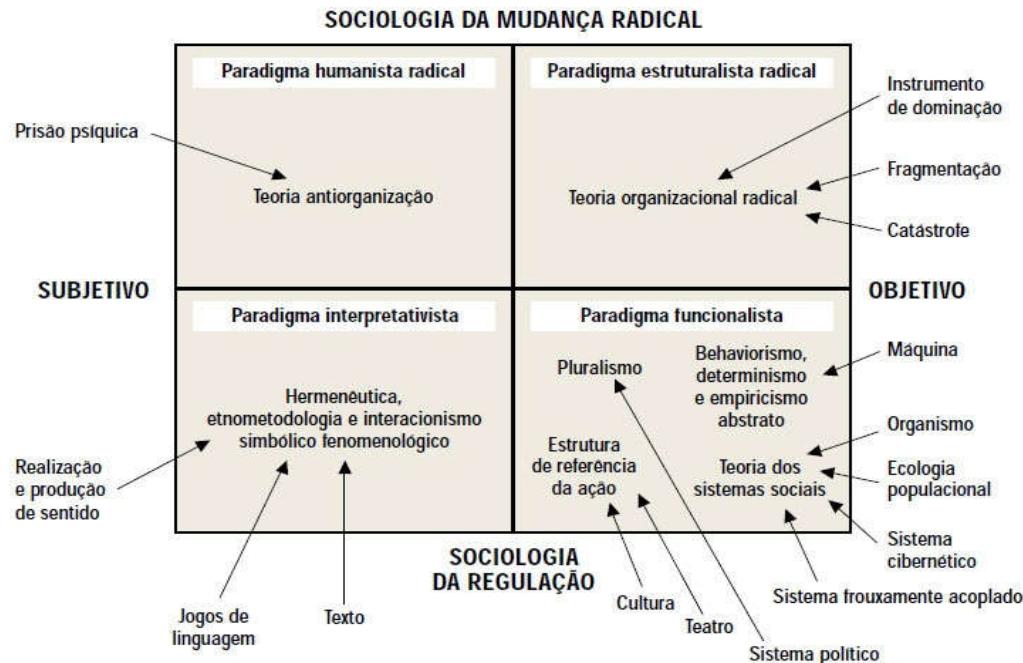
conta destas amarras psíquicas. Este paradigma traz uma crítica incisiva aos processos alienador-alienantes presentes nas sociedades industriais. O interesse de análise aqui está em descobrir como subjetivo e objetivo convergem a fim de permitir uma emancipação à dominação imposta sobre o indivíduo (Burrell; Morgan, 1979).

O último paradigma descrito é denominado estruturalista radical. Ontologicamente objetivo, possui uma visão materialista de sociedade em que esta é uma estrutura coercitiva que pode ser explicada através de estruturas que existem por si mesmas e são bem definidas. Entende a realidade como inquietações causadas pela polaridade existente no mundo social e que esta instabilidade leva o sistema a reinventar-se. Este paradigma tem interesse na análise de como os dominantes utilizam várias ferramentas para reafirmar sua posição e buscam entender o que se passa nas inquietações causadas pelas disputas de poder entre quem está no poder e quem está tentando tomá-lo, no mundo social (Burrell; Morgan, 1979).

Demonstra-se na Figura 1 a representação desta divisão feita por Burrell e Morgan (1979) acerca de seus pressupostos ontológicos, seu modo de regulação e mudança radical, sua epistemologia e sua concepção de sociedade.

121

Figura 1. Classificação paradigmática de Burrell e Morgan (1979).



Fonte: Morgan (2005, p.61).

O poder simbólico de Pierre Bourdieu

Poder simbólico é uma força invisível que exerce sua total influência em conjunto com aqueles que abdicam de saber que estão sob sua influência ou que o praticam. Uma forma de poder, em sua essência, constituída por outras formas de poder, mas que não pode ser identificada e pode ainda legitimar aquilo que está sob sua influência (Bourdieu, 2012). Tem o poder de objetivar ideias, de conservar ou transformar conceitos já objetivados, pode legitimar e deslegitimar, bem como unir e desunir, ora atua para regular, ora atua para mudar.

No livro “O Poder Simbólico”, no qual Bourdieu (2012) o jogo de regulações e de mudanças que ocorreram nesses campos mostram todo o processo de hierarquização e de polarização que ocorre devido às lutas pela dominação dentro deste campo.

No campo político, Bourdieu (2012) apresenta a estrutura do campo ao diferenciar aqueles que conhecem as regras do jogo do campo político daqueles que não detêm esse conhecimento. Os profissionais políticos são agentes que passaram pelos ritos necessários, como aprendizado da linguagem e do decoro político, para se obter o conhecimento que os tornam aptos a jogar o jogo neste campo. Os profanos seriam agentes que, voluntariamente ou não, estão alienados da capacidade de adentrar ao jogo político por não possuírem o conhecimento necessário, bem como por não terem sido introduzidos aos ritos, para jogar o jogo político.

A relação entre os profissionais da política e os profanos se dá através da possibilidade de representação no campo político daqueles que não podem atuar no campo por aqueles que detêm os conhecimentos sobre as regras do jogo. Porém, os profissionais devem ser legitimados como representantes daqueles que não podem atuar no campo, para isto, devem criar representações (tanto por ações quanto por discursos) que tenham alicerces bem fundamentados na realidade em que o campo político será representado (Bourdieu, 2012).

No campo histórico (entendido como conjunto de narrativas), a criação ou o resgate feito a fim de descrever eventos e também a presença de Estruturas (em maiúsculo para designá-la como entidade coletiva que legitima-se por si só, sem nada explicar, como acontece na mitologia ou na categorização de uma classe social) tende a resguardar verdades, intencionalmente ou não, . Para representar os dois lados deste processo, temos a história reificada e a história incorporada. A história reificada seria a história objetivada, ou seja, materializada em estruturas visíveis (estruturas estruturadas) que acumularam história ao longo do tempo. A história incorporada seria as reativações realizadas pelo agente ao apropriar-se da história objetivada para fazer com que esta

ganhe vida e significado novamente. A história reificada seria a norma culta da língua portuguesa enquanto a história incorporada seriam as gírias (Bourdieu, 2012).

Os conhecimentos e comportamentos inscritos de forma objetiva nas coisas (história reificada) impõem-se de forma sutil, de tal maneira que não se consiga ver, senão no futuro, aquilo que realmente pretendeu-se com a maneira e o significado que foram atrelados à história então presente nas coisas. É uma dominação simbólica por não ser uma imposição visível ou uma submissão voluntária, a violência simbólica está presente na imposição sutil pelos agentes dominantes de valores e significados, que utilizam ferramentas para mobilizar instrumentos e movimentar o campo de acordo com a estratégia criada para exercer a dominação. Para poder ser atuada e atuante, a história reificada necessita de um agente que não só a veja como também a reconheça (Bourdieu, 2012).

O campo jurídico traz consigo a concepção do Direito como uma estrutura de textos que legitimam a visão ideal de mundo social. Esta estrutura que reúne um conjunto de normas fundamentais seria a Constituição, da qual normas de ordens inferiores são originadas. A linguagem presente no campo jurídico, seja aquela utilizada pelos agentes no campo jurídico ou aquela utilizada na escrita da Constituição, cria uma ilusão de que o Direito seja impessoal, universal e omnitemporal (Bourdieu, 2012).

123

A linguagem faz parte dos ritos pelos quais os agentes tornam-se capacitados para atuar no campo jurídico, ritos estes que, além da linguagem, internalizam no agente algumas características como certas práticas próprias do campo jurídico e conhecimento técnico sobre o Direito. Características como impessoalidade e universalidade constroem uma ilusão de que o campo do Direito é autônomo e não sofre com as pressões externas (visão esta defendida pelo formalismo). O instrumentalismo defende que o Direito é um instrumento que serve os agentes dominantes. Os juristas e historiadores do Direito acreditam que o Direito é um sistema fechado e autônomo e não estático, segue uma dinâmica própria. Dentro deste campo, há uma divisão do trabalho que possuem dois posicionamentos distintos no que se refere ao modo de atuar dentro do campo jurídico, os teóricos e os práticos (Bourdieu, 2012).

O campo da arte traz consigo uma particularidade no que se refere ao processo de ontologização de um objeto, quanto a ser entendido como uma obra de arte ou não. Os elementos que permitem ao agente classificar um objeto como arte ou como algo comum, encontram-se presentes dentro do campo artístico. O conjunto destes constructos estrutura aquilo que é entendido

como *artworld*, formando um conjunto de conhecimentos sobre formas de expressão e estética que permite a este campo se diferenciar das demais ciências humanas. Esta diferenciação e distanciamento permitem ao campo artístico constranger demandas externas que possam ser feitas ao campo da arte (Bourdieu, 2012).

Estes elementos seriam os capitais culturais, ou seja, seriam capitais adquiridos através dos ritos presentes no campo como o conhecimento sobre as técnicas artísticas, experiência em locais eruditos, capacidade de interpretar aquilo que uma obra de arte realmente deseja representar, conhecimento sobre a evolução estética ocorrida através da história. Quando internalizados, os elementos tornam-se constructos que possibilitam a um agente posicionar-se no campo para lutar pela capacidade de interpretar e representar de forma legitimada dentro de um determinado campo, ou seja, poder de apropriar-se do poder simbólico e movimentar os capitais necessários para exercer a dominação e poder se fazer ver e se fazer crer (Bourdieu, 2012).

O poder simbólico permeia o campo e atua na movimentação de capitais que ocorre dentro deste campo, movimentação esta provocada pelas lutas simbólicas presentes entre diferentes posicionamentos, acerca de um determinado tema, que lutam entre si pelo poder de dominar o campo. Os agentes podem apropriar-se do poder simbólico presente nas ferramentas que utilizam para mover os instrumentos a fim de tornar suas estratégias mais efetivas (Bourdieu, 2012).

124

Metodologia

A pesquisa será aplicada, uma vez que se interessa pela aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos (Gil, 2008). A abordagem do problema acontecerá por uma abordagem qualitativa subjetivista, conduzida por uma perspectiva criteriosa e orientada por um contexto de justificação. A perspectiva criteriosa aceita os fenômenos sociais como possíveis de serem construídos e desconstruídos por meio de argumentações passíveis de críticas. E o contexto de justificação, por sua vez, se preocupa com a legitimação social para a necessidade de se continuar pesquisando fenômenos sociais em evidência. (Demo, 2000; Denzin; Lincoln, 2006; Popper, 1985).

Esta pesquisa é caracterizada como exploratória por visar conhecer as características de um fenômeno para procurar, em um momento posterior, explicações de suas causas e consequências. A pesquisa é exploratória quando o tema escolhido é pouco explorado e apresenta dificuldade elevada para a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis (Richardson et al., 2014). Por meio

desta pesquisa, buscou-se explorar os elementos que compõem os objetos de estudo a fim de angariar mais conhecimento e incorporar características inusitadas, novas dimensões até então pouco conhecidas, com a intenção maior de proporcionar avanços e enriquecimentos científicos no tema estudado. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa dependerá de: levantamento bibliográfico e levantamento bibliométrico.

O procedimento técnico vinculado à sustentação teórica dos debates desenvolvidos por meio deste projeto de pesquisa é o levantamento bibliográfico. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, e sua principal vantagem “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2008, p. 50). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para se discorrer sobre os seguintes temas no referencial teórico: posturas ontológicas, perspectivas epistemológicas, posicionamentos paradigmáticos e o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu.

O levantamento bibliométrico representa uma técnica extraída da bibliometria, uma estratégia metodológica capaz de explorar características de informações publicadas, dentre elas: quantificação da produção científica, disseminação e uso de informações registradas, análises de citações e cocitações, agrupamentos bibliográficos e outros (Caldas; Tinoco; Chu, 2003).

125

O primeiro passo do levantamento bibliométrico foi delimitar os periódicos que contribuíram para a coleta de dados, dentro de um recorte temporal entre janeiro de 2001 e dezembro de 2016. Assim, foram escolhidos todos os periódicos em administração classificados pelo índice WebQualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – como A1, A2, B1 e B2.

O levantamento e a seleção das publicações se deram a partir da pesquisa nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos contidos nos veículos selecionados da expressão “poder simbólico”. Após a seleção dos artigos, as informações levantadas foram analisadas por uma ótica qualitativa e exploratória.

Na análise qualitativa-exploratória foram apresentadas as seguintes informações: obras de Pierre Bourdieu mais citadas; teorias de Pierre Bourdieu mais utilizadas; metodologias mais utilizadas; classificação ontológica-epistemológica-paradigmática dos artigos.

Foi realizado uma análise do discurso presente nos artigos encontrados pelo levantamento bibliométrico dentro dos critérios propostos. Buscou-se classificar a postura ontológica, a

perspectiva epistemológica e o posicionamento paradigmático dos artigos analisados. A análise do discurso presente obedeceu a orientações operacionalizadas à partir do conceito das posturas ontológicas, perspectivas epistemológicas e posicionamentos paradigmáticos propostos por Borim-de-Souza et al. (2015). A operacionalização das divisões conceituais de ontologia, epistemologia e paradigmas pode ser verificada no Quadro 1.

Quadro 1. Operacionalização dos conceitos utilizados para análise exploratória.

NÍVEL	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	AUTORES
POSTURAS ONTOLOGICAS	OBJETIVISMO	Acredita que as diferenças existentes entre objetos são visíveis e pré-definidas pelas características distintas que possuem independente da interpretação que recebam.	MARSH e FURLONG (2002)
	SUBJETIVISMO	Defende que as diferenças nada mais são do que interpretações socialmente construídas acerca de características particulares e que o conhecimento construído sobre elas variam de região para região e também de acordo com o tempo.	MARSH e FURLONG (2002)
PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS	POSITIVISMO	Positivismo é a vertente epistemológica que entende o mundo como tendo relações, significados e até mesmo sua própria existência de formas independentes da interpretação humana.	BURREL e MORGAN (1979)
	REALISMO HISTÓRICO	Fundamenta-se num entendimento da realidade que é conduzida dialeticamente por aspectos que percorrem tanto à ontologia objetivista quanto a ontologia subjetivista. Entende que o contexto influencia diretamente no fenômeno pesquisado.	HOLLIS e SMITH, 1990; BRYMANN, 2001; MARSH e FURLONG, 2002; BORIM-DE-SOUZA et al., 2015.
	CONSTRUTIVISMO	Defende uma forma subjetiva de se entender a realidade, encontram na hermenêutica uma forma de fundamentar seu entendimento acerca da realidade social.	BRYMANN (2001)
POSICIONAMENTOS PARADIGMÁTICOS	FUNCIONALISTA	Seu enfoque é a função dos agentes presentes em determinado sistema. Identifica-se aqui um pressuposto de que a realidade possui uma organicidade que tende a gerar ordem e consenso.	BURREL e MORGAN (1979)
	ESTRUTURALISTA RADICAL	Visão materialista onde a sociedade é uma estrutura coercitiva que pode ser explicada através de estruturas que existem por si mesmas. A realidade como inquietações causadas pela polaridade existente no mundo social e que a instabilidade leva o sistema a reinventar-se.	BURREL e MORGAN (1979)
	PARADIGMA INTERPRETATIVISTA	A interpretação do agente em ação é a base para poder-se formar um conceito de sociedade. Seu interesse de análise é compreender como a construção social de interpretações nascem e se reinventam em suas várias dimensões de realidade.	BURREL e MORGAN (1979)
	HUMANISTA RADICAL	Seu foco de estudo, pode ser descrito como a patologia da consciência, ou seja, o problema causado pelo exercício da percepção e da criação de estruturas mentais que o próprio agente elabora e alimenta.	BURREL e MORGAN (1979)

Fonte: Elaborado pelos autores baseando-se nas contribuições de Borim-de-Souza et al. (2015); Burrell e Morgan (1979); Bryman (2001); Hollis e Smith (1990); Marsh e Furlong (2002).

Análise De Dados

Apresentação dos artigos

O primeiro artigo foi publicado em 2004 nos cadernos EBAPE-FGV, volume 2 número 3, o nome do artigo é "O poder simbólico e o gerenciamento de impressões em organizações públicas: a construção do mito da eficácia do Banco Central na administração da política econômica." e possui um único autor chamado Paulo José de Castro Jatahi que na época da pesquisa fazia parte do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos (ADM) FGV - Fundação Getúlio Vargas.

O segundo artigo é “El Poder Simbólico de las Gremiales Ganaderos en el Uruguay Contemporáneo” e foi publicado em 2004 na revista Sociologias - UFRGS, número 11 por dois autores uruguaios chamados Alberto Riella (autor) do Departamento de Sociologia da Universidad de la República e Alexandra Andrioli (coautor) do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais da UdelaR.

O terceiro artigo intitulado “O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” foi publicado em 2004 nos cadernos EBAPE-FGV, volume 2, número 3. O autor é Paulo Ferreira Vilarinho do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Por meio de um estudo acerca da evolução histórica e institucional que resultou no atual quadro da saúde suplementar no Brasil.

O quarto artigo foi publicado em 2009 com o título “Ensaio sobre a violência simbólica nas organizações.” pelos autores Alexandre Reis Rosa (autor) do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Mozar José de Brito (coautor) do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.

O quinto artigo foi publicado em 2011, na Revista da Escola de Enfermagem da USP, volume 45, número 4. O título é “Entre a dominação simbólica e a emancipação política no Ensino Superior em Enfermagem” e a autora é Wilza Rocha Pereira do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso

O sexto artigo foi publicado em 2011, na Revista de Administração da Mackenzie, volume 12, número 4. Seu título é “Estratégias de poder de trabalhadores industriais.” Seus autores são Luiz Alex Silva Saraiva (autor) do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal

de Minas Gerais (UFMG) e Alexandre Vitorino dos Santos (coautor) do Departamento de Administração da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira.

O sétimo artigo intitulado “Escolas de Nível Médio de Enfermagem: convergências e divergências das ações para sua criação e implementação” foi publicado em 2012, na Revista da Escola de Enfermagem da USP, volume 46, número 2. As autoras são Leila Maria Rissi Caverni (autora) e Maria Cristina Sanna (coautora) ambas do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo.

O oitavo artigo é “Participação das enfermeiras no processo de implantação de práticas obstétricas humanizadas na maternidade Alexander Fleming (1998-2004)” e foi publicado em 2012, na Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem, volume 16, número 3. As autoras são Jane Márcia Progianti (autora) e Aline Bastos Porfírio (coautora) ambas do Departamento de Enfermagem Médico-cirúrgica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O nono artigo denominado “Um arranjo produtivo em xeque: campo, *habitus* e capital simbólico em um Arranjo Produtivo Local moveleiro em Minas Gerais” foi publicado em 2013, na Revista de Administração da Universidade de São Paulo, volume 46, número 4. Seus autores são Osmar Vieira de Souza Filho (autor), Rogério Zanon da Silveira (coautor), Alexandre de Pádua Carrieri (coautor) e Juliana Cristina Teixeira (coautora), todos fazem parte do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O décimo artigo é “Diferentes configurações da violência nas relações pedagógicas entre docentes e discentes do ensino superior” e foi publicado em 2013, Revista Brasileira de Enfermagem, volume 66, número 2. As autoras são Gênesis Vivianne Soares Ferreira Cruz (autora) e Wilza Rocha Pereira (coautora) ambas do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso.

O décimo primeiro artigo é “*Exploiting the exploited: The psychological contract, workplace domination and symbolic violence*” e foi publicado em 2011, na revista *Culture and Organization*, volume 17, número 2. Os pesquisadores envolvidos são Penny Dick (autora) e Sara Nadin (coautora), ambas do Departamento de Administração da *University of Sheffield* no Reino Unido.

O décimo segundo artigo denominado “*Fighting cultural marginalisation with symbolic power in a Parisian banlieue: Post-colonial culture and the voluntary association les Oranges*” foi

publicado em 2016 pela *International Journal of Sociology and Social Policy*, volume 36, números 7 e 8. O autor chama-se Joseph Downing do Departamento de Economia da *London School of Economics*, no Reino Unido.

O décimo terceiro artigo intitulado “*Gender on board: deconstructing the “legitimate” female director*” foi publicado em 2016 no *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, volume 29, número 1. Os autores são Marie-Soleil Tremblay (autora) da *École Nationale d'administration publique*, Yves Gendron (coautor) da *Faculté des sciences de l'administration, Université Laval* e Bertrand Malsch da *Queens University*, todos os autores são do Departamento de Administração de suas respectivas instituições, todas localizadas no Canadá.

Análise qualitativa-exploratória do Campo

A análise qualitativa-exploratória foi realizada nos 13 artigos encontrados dentro dos critérios adotados pelo levantamento bibliométrico na seguinte ordem: análise das obras mais utilizadas; análise das teorias mais utilizadas; metodologias e tipos de pesquisa mais utilizadas; classificação ontológica, epistemológica e paradigmática. A classificação ontológica-epistemológica-paradigmática foi realizada pela análise do discurso.

130

Análise das obras mais utilizadas

Nos artigos encontrados pelo levantamento bibliométrico levantou-se as obras de Pierre Bourdieu mais utilizadas na produção de artigos que se utilizaram do conceito de poder simbólico dentro dos estudos organizacionais.

Observa-se que a obra mais utilizada nos artigos encontrados foi “O Poder Simbólico”, usado em 10 artigos. A segunda obra mais utilizada foi “Razões Práticas: sobre a teoria da ação” aparecendo em 5 artigos. Em terceiro lugar notam-se duas obras: “A economia das trocas simbólicas” e “O campo científico”, ambas aparecendo em 3 artigos cada. Por fim temos 4 obras que foram utilizadas em 2 artigos cada, que são: “A distinção: crítica social do julgamento”, “A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer”, “As regras da arte” e “Questões de sociologia”. Além destas, outras 16 obras foram utilizadas em apenas um artigo, cada.

Análise das teorias mais utilizadas

A teoria mais utilizada dentro dos artigos levantados foi obviamente a teoria do poder simbólico, utilizada em todos os 13 artigos. A segunda que mais aparece é a teoria do *habitus* aparecendo em 7 artigos. Observa-se que a terceira maior ocorrência é a teoria de campo aparecendo em 6 artigos. Em quarto na ordem de ocorrência tem-se a teoria de capital aparecendo em 5 artigos. Verifica-se que em quinto lugar das teorias mais utilizadas são as teorias de violência simbólica e a teoria da dominação simbólica, ambas aparecendo em 4 artigos cada. Em sexto lugar observa-se a teoria de luta simbólica aparecendo em 3 artigos. Por último as duas teorias menos utilizadas são: a teoria da doxa e a teoria da *illusio*, ambas aparecendo em apenas 1 artigo cada. A grande recorrência pautada na utilização dos conceitos de *habitus* e campo demonstram uma preferência dentro dos estudos organizacionais, que utilizam o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu em suas discussões, por exemplificar o contexto onde o objeto de pesquisa se encontra através de uma análise microssociológica propiciada pela sociologia bourdiesiana.

Análise das metodologias e tipos de pesquisa mais utilizadas

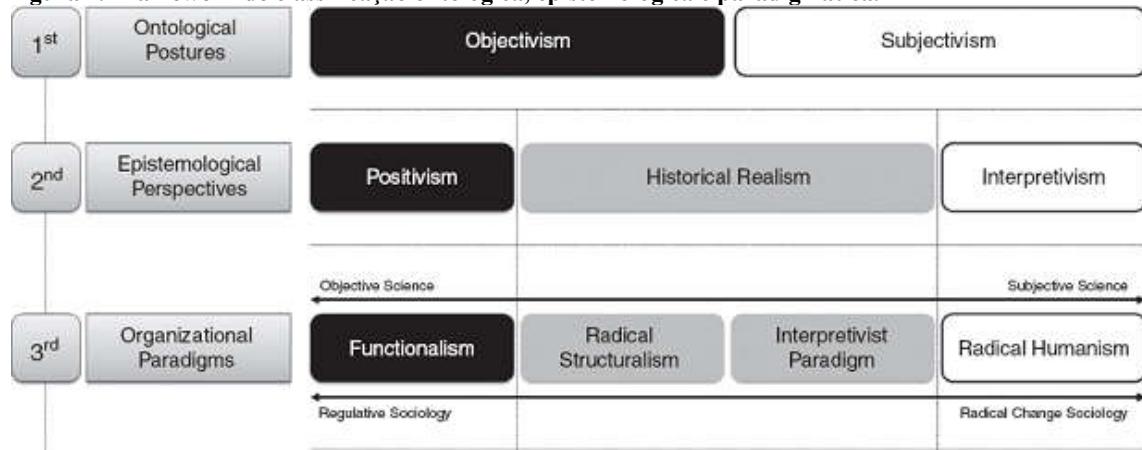
Os procedimentos metodológicos mais utilizados foram: pesquisa qualitativa e pesquisa de campo, procedimentos estes utilizados em 6 artigos cada. Observa-se a análise do discurso e a pesquisa exploratória sendo utilizadas em 3 artigos cada. Por último o ensaio teórico, a pesquisa documental e a pesquisa descritiva aparecem em 2 artigos cada. Encontrou-se ainda outros 8 procedimentos metodológicos que foram utilizados em apenas 1 artigo cada. Denota-se uma informação importante: dentro destes artigos analisados há uma grande preferência pela entrevista como técnica de coleta de dados. Verifica-se que há uma grande inclinação dos estudos organizacionais que utilizam o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu em seguir caminhos metodológicos mais subjetivos, ou seja, que estejam mais abertos a interpretações e reflexões.

131

Classificação ontológica, epistemológica e paradigmática

A busca pelo entendimento de como se deu a utilização do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu na produção brasileira sobre estudos organizacionais resultou na separação em três grupos dos artigos encontrados. A base teórica utilizada foi construída por Borim-de-Souza et al. (2015) que fora descrita no referencial teórico e está representada na Figura 2.

Figura 2. Framework de classificação ontológica, epistemológica e paradigmática.



Fonte: Borim-de-Souza et al., 2015.

O primeiro grupo é ontologicamente objetivista e epistemologicamente positivista, sua classificação paradigmática é funcionalista. Este grupo será denominado de grupo X.

O segundo grupo de artigos possui caráter subjetivo e epistemologicamente é interpretativista, enquanto seu posicionamento paradigmático é humanismo radical. Este grupo será denominado de grupo Y.

O terceiro grupo encontra-se ontologicamente dentro do intervalo objetivo/subjetivo e epistemologicamente é realista histórico. Seu posicionamento paradigmático está dentro do intervalo estruturalista radical/interpretativista. Este grupo será denominado de grupo Z.

A classificação é justificada pela transcrição de discursos presentes nos artigos que representam características predominantes da pesquisa. A partir da análise destes discursos, classificaram-se os artigos de acordo com as classificações ontológicas, epistemológicas e paradigmáticas de cada grupo.

Grupo X

Nenhum dos artigos encontrados pelo levantamento bibliométrico se encaixou nas categorizações propostas por esse grupo. As características reflexivas propiciadas pela sociologia Bourdiesiana em sua microssociologia podem fornecer explicações para a ausência de trabalhos objetivos, positivistas e funcionalistas na área dos estudos organizacionais que se utilizam do

conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu. A busca pela desnaturalização daquilo que se tem como tradição, natural e legitimado propicia visões reflexivas ou até mesmo críticas sobre coisas dentro do mundo social.

Grupo Y

Neste grupo encontrou-se 7 artigos que possuem característica crítica em relação ao seu objeto de estudo.

O artigo “Ensaio sobre a violência simbólica nas organizações” teve por objetivo entender a dinâmica dentro do contexto das organizações e como ocorre a violência simbólica, sempre sutil e quase imperceptível.

O artigo “Entre a dominação simbólica e a emancipação política no Ensino Superior em Enfermagem” buscou-se desnaturalizar a ação didática presente no ensino superior em enfermagem.

O artigo “Um arranjo produtivo em xeque: campo, *habitus* e capital simbólico em um Arranjo Produtivo Local moveleiro em Minas Gerais” buscou investigar as proporções tomadas pelas disputas de poder em um arranjo produtivo localizado em Minas Gerais.

O artigo intitulado de “Diferentes configurações da violência nas relações pedagógicas entre docentes e discentes do ensino superior” investigou as diferentes manifestações de violência simbólica nas relações presentes entre professores e alunos em uma instituição de ensino superior.

O artigo “Estratégias de poder de trabalhadores industriais” trata sobre como os agentes desprovidos de capitais (tratado no artigo como sendo os trabalhadores) usam estratégias políticas para resistir e influenciar os agentes dominantes com o objetivo de atingir objetivos pessoais. Faz uma crítica ao desenvolvimento de estudos organizacionais que abordam o poder.

O artigo “*Exploiting the exploited: The psychological contract, workplace domination and symbolic violence*” argumenta que o conceito de contrato psicológico pode ser entendido como um discurso que reflete ideologias gerenciais dominantes.

O artigo “*Gender on board: deconstructing the “legitimate” female director*” tem por objetivo examinar como as percepções de legitimidade em torno da presença de diretoras são construídas na sala de reuniões e o papel da violência simbólica no processo.

Grupo Z

Neste grupo foram classificados 6 artigos que tem uma postura mais reflexiva e que trazem estudos históricos dentro de suas análises.

O artigo “El Poder Simbólico de las Gremiales Ganaderos en el Uruguay Contemporáneo” procurou explorar sobre as agremiações agropecuárias no Uruguai e as estratégias que elas utilizaram para reconquistar capitais simbólicos visando restabelecer e ampliar seu poder dentro do país.

O artigo "O poder simbólico e o gerenciamento de impressões em organizações públicas: a construção do mito da eficácia do Banco Central na administração da política econômica." Utilizando-se do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu e do conceito de gerenciamento de impressões de Thomaz Wood Jr., identificou elementos que demonstram que as organizações públicas se utilizam de instrumentos simbólicos a fim de legitimar suas ações.

O artigo “Escolas de Nível Médio de Enfermagem: convergências e divergências das ações para sua criação e implementação” busca aprofundar-se no processo de idealização e implementação das escolas de nível médio de enfermagem através de um estudo histórico-documental.

O artigo “Participação das enfermeiras no processo de implantação de práticas obstétricas humanizadas na maternidade Alexander Fleming (1998-2004)” buscou analisar através de um estudo histórico-social o processo de inserção das enfermeiras na assistência ao parto e no processo de criação de um espaço próprio destas profissionais.

O artigo “O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu” traz uma análise da evolução histórica e institucional dos fatores que levaram ao atual campo da saúde suplementar no Brasil, feita por meio da pesquisa documental e entrevistas abertas.

O artigo “*Fighting cultural marginalisation with symbolic power in a Parisian banlieue: Post-colonial culture and the voluntary association les Oranges*” e traz um estudo de caso apoiado pelas teorias de Pierre Bourdieu para investigar os trabalhos pós-colonialistas na França.

Conclusões

Pode-se observar a escassez de estudos organizacionais que utilizem o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu. Apenas algumas contribuições esporádicas podem ser encontradas, o

que sugerem a falta de continuidade nestas pesquisas ou até mesmo a falta de um centro produtor de conhecimento vinculado à área da administração que se utilize do conceito de poder simbólico para analisar seu objeto de estudo.

Dentre os 13 artigos encontrados, nenhum possui características predominantemente funcionalistas como é categorizado o grupo X. Isso é explicado pelas características reflexivas trazidas pela microssociologia bourdiesiana que buscam romper com aquilo que já se tem como legitimado, seja ao fazer uma crítica ou reflexão. A busca pela desnaturalização do conhecimento de um conceito ou de uma teoria como Pierre Bourdieu propõe explica o caráter crítico ou reflexivo presentes nos trabalhos que utilizam suas teorias como instrumentos de análise.

O grupo Y é marcado pelos 6 artigos cujo discurso possui característica predominantemente crítica. Buscam analisar e expor certas problemáticas presentes no campo temático em que atuaram. As teorias de violência simbólica e dominação simbólica estão concentradas neste grupo.

Com características predominantemente reflexivas, 7 artigos foram encontrados cujo foco foi a análise de um determinado tema como categorizado no grupo Z. Além do conceito de poder simbólico, 3 dentre os 5 artigos trazem consigo uma análise histórica. Os artigos deste grupo buscaram analisar, entender ou explicar seus objetos de análise. Apenas um artigo deste grupo traz o conceito de violência simbólica, mas não para denunciar, apenas para caracterizar um processo histórico ocorrido dentro do tema pesquisado.

Conclui-se então que dentro dos artigos encontrados, nenhum propôs algum tipo de generalização. Sete artigos aderiram a uma vertente reflexiva enquanto o restante aderiu a uma postura crítica. Uma sugestão para trabalhos futuros dentro dos estudos organizacionais seria a maior utilização do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu quando o objetivo do trabalho for realizar uma análise histórica, uma análise reflexiva ou uma análise crítica acerca de um determinado tema. Sugestão esta justificada pela escassez de trabalhos nas áreas vinculadas a administração que se utilizem do conceito de poder simbólico para explicar ou criticar as relações presentes entre os agentes dentro de um determinado tema.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Araucária.

Referências

BORIM-DE-SOUZA, R. et al. Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory: proposing styles of reasoning for an unknown metropole. **Cross Cultural Management**, v. 22, n. 2, 2015, p. 201-235.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2012.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**, Grã-Bretanha, Heinemann Education Books, 1979.

CALDAS, M. P.; TINOCO T.; CHU, R. A. A análise bibliométrica dos artigos de RH publicados no EnANPAD na década de 1990: um mapeamento a partir das citações dos heróis, endogenias e jactâncias que fizeram a história recente da produção científica na área. In.: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD, XXVII Anais... Atibaia/SP: 1 CDROM, 2003.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-42.

136

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GRAY, C. Introdução: a importância dos estudos organizacionais. In: _____. **Um livro bom, pequeno e acessível sobre estudos organizacionais**. 2. ed. Porto Alegre, 2010, p. 27-52.

HOLLIS, M.; SMITH, S. **Explaining and understanding in International Relations**, Oxford: Clarendon Press, 1990.

MARSH, D.; FURLONG, P. A Skin not a sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. In: MARSH, D.; STOKER, G., **Theory and Methods in Political Science**, New York: Palgrave, 2002, p. 17-41.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, 2005, p. 58-71.

POPPER, K. **Conjectures and refutations**: the growth of scientific knowledge. 4. ed. London: Routledge & Kegan, 1985.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.